

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
MARCELO VALENTIM COURELAS SITIMA

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL – UMA RESENHA DA OBRA
DE CELSO FURTADO

CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO VALENTIM COURELAS SITIMA

FORMAÇÃO ECONOMICA DO BRASIL – UMA RESENHA DA OBRA
DE CELSO FURTADO

Resumo apresentado para requisito parcial
à conclusão do curso de Ciências
econômicas, setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná,

O orientador professor Dr. José Guilherme
Silva Vieira.

CURITIBA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELO VALENTIM COURELAS SÍTIMA

FORMAÇÃO ECONOMICA DO BRASIL – UMA RESENHA DA OBRA
DE CELSO FURTADO

Resumo apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

Departamento de economia, UFPR

Prof. Dr. Demian Castro

Departamento de economia, UFPR

Prof. Dra. Denise Maria Maia

Departamento de economia, UFPR

RESUMO

O presente resumo do livro *“Formação Econômica do Brasil”* do renomado economista Celso Furtado, tem como objetivo elencar os principais momentos econômicos do Brasil do período da colonização até o momento da sua escrita. Este livro representa um grande referencial no assunto, pois com uma postura crítica este escritor evidencia as estruturas que se desenvolveram neste período e o seu legado.

Sumário

PARTE UM: FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL	9
1. DA EXPANSÃO COMERCIAL À EMPRESA AGRÍCOLA	10
2. FATORES DO ÊXITO DA EMPRESA AGRÍCOLA	12
3. RAZÕES DO MONOPÓLIO	13
4. DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA	14
5. AS COLÔNIAS DE POVOAMENTO NO HEMISFÉRIO NORTE	15
6. CONSEQUÊNCIA DA PENETRAÇÃO DO AÇUCAR NAS ANTILHAS	17
7. ENCERRAMENTO DA ETAPA COLONIAL	20
PARTE DOIS – ECONOMIA ESCRAVISTA DE AGRICULTURA TROPICAL – SÉCULOS XVI E XVII	23
8. CAPITALIZAÇÃO E NÍVEL DE RENDA NA COLÔNIA AÇUCAREIRA	24
9. FLUXO DE RENDA E CRESCIMENTO	26
10. PROJEÇÃO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA: A PECUÁRIA	28
11. FORMAÇÃO DO COMPLEXO ECONÔMICO NORDESTINO	30
12. CONTRAÇÃO ECONÔMICA E EXPANSÃO TERRITORIAL	31
PARTE TRÊS – ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA – SÉCULO XVIII	33
13. POVOAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS REGIÕES MERIDIONAIS	34
14. FLUXO DE RENDA	36
15. REGRESSÃO ECONÔMICA E EXPANSÃO DA ÁREA DE SUBSISTÊNCIA	37

PARTE QUATRO – ECONOMIA DE TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO ASSALARIADO – SÉCULO XIX.....	38
16. O MARANHÃO E A FALSA EUFORIA DO FIM DA ÉPOCA COLONIAL...	39
17. PASSIVO COLONIAL, CRISE FINANCEIRA E INSTABILIDADE POLÍTICA	41
18. CONFRONTO COM O DESENVOLVIMENTO DOS EUA	43
19. DECLÍNIO A LONGO PRAZO DO NÍVEL DE RENDA: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	45
20. GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA	46
21. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA	48
I. <i>Oferta interna potencial</i>	48
21. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA	49
II. <i>A imigração europeia</i>	49
23. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA	52
III. <i>Transumância amazônica</i>	52
24. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA	54
IV. <i>Eliminação do trabalho escravo</i>	54
25. NÍVEL DE RENDA E RITMO DE CREASCIMENTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	56
26. O FLUXO DE RENDA NA ECONOMIA DE TRABALHO ASSALARIADO .	58
27. A TENDÊNCIA AO DESEQUILÍBRIO EXTERNO	59
28. A DEFESA DO NÍVEL DE EMPREGO E A CONSTRUÇÃO DA RENDA .	60
29. A DESCENTRALIZAÇÃO REPUBLICANA E A FORMAÇÃO DE NOVOS GRUPOS DE PRESSÃO.....	62

PARTE CINCO – ECONOMIA DE TRANSAÇÃO PARA UM SISTEMA INDUSTRIAL – SÉCULO XX.....	63
30. A CRISE DA ECONOMIA CAFEEIRA.....	64
31. OS MECANISMOS DE DEFESA E A CRISE DE 1929.....	66
32. DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO	68
33. O DESEQUILÍBRIO EXTERNO E SUA PROPAGAÇÃO	69
34. REAJUSTAMENTO DO COEFICIENTE DE IMPORTAÇÕES	71
35. OS DOIS LADOS DO PROCESSO INFLACIONÁRIO	72
36. PERSPECTIVA DOS PRÓXIMOS DECÊNIOS.....	74
REFERENCIA	77

PARTE UM: FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

1. DA EXPANSÃO COMERCIAL À EMPRESA AGRÍCOLA

Em seu livro *“Formação econômica do Brasil”* o economista Celso Furtado explica de forma detalhada a trajetória econômica brasileira, desta forma ele inicia a narrativa descrevendo a chegada dos europeus às terras americanas, que por buscarem novos meios de expansão comercial da Europa, devido ao seu elevado grau de desenvolvimento no século XV, sentiram-se obrigados a buscar rotas comerciais alternativas, pois o controle das existentes entre o oriente e o ocidente estavam sob o controle otomano.

Ele justifica a descoberta da América com esse episódio, pois na busca de novas rotas comerciais com o oriente através da navegação os espanhóis e os portugueses chegaram às terras americanas e com a descoberta pelos espanhóis do ouro e dos minerais preciosos que foram acumulados pelas civilizações que habitavam a região, o interesse pela América aumenta em toda Europa.

A pressão exercida por outros países europeus como França, Holanda e Inglaterra sobre Portugal e Espanha com relação ao direito as terras americanas, segundo Furtado foi o que impulsionou a colonização da América. Portugal tinha a necessidade de ocupar permanentemente o território brasileiro caso não quisesse perde-lo, porém ainda não havia encontrado riquezas como aquelas encontradas no território espanhol.

Como o território americano era muito grande para ser controlado por apenas duas nações a Espanha decide concentrar sua atenção principalmente ao eixo produtor de ouro e metais preciosos que ficava na região entre o México e o Peru, o que não os livrou de sofrer as invasões nas Antilhas. Para Portugal a missão era um pouco mais difícil, pois não encontrou no início metais preciosos para financiar a colonização do seu território, era indispensável encontrar outra forma de utilização econômica das novas terras americanas. A alternativa encontrada pelos portugueses foi a exploração agrícola das terras brasileiras.

Segundo este economista a exploração agrícola parecia na época uma aventura que dificilmente alcançaria êxito devido à distância entre a América e a Europa e ao elevado custo de transporte, somente produtos manufaturados ou especiarias do Oriente é que justificariam tamanho investimento, porém se os portugueses não tivessem obtido êxito, o escritor esclarece que as terras brasileiras também teriam sido colonizadas por outras nações.

2. FATORES DO ÊXITO DA EMPRESA AGRÍCOLA

Para este estudioso, como Portugal já havia iniciado a produção de açúcar em grande escala nas suas ilhas no Atlântico e já detinha um elevado conhecimento sobre as técnicas de produção do açúcar, ficou mais simples implantar esta agricultura nas terras brasileiras.

Essa especiaria era muito apreciada em toda a Europa e a cidade italiana de Veneza detinha o monopólio da refinação do açúcar na época, porém este especialista relata que com a produção portuguesa nas ilhas no Atlântico, os venezianos perderam seu monopólio, pois Portugal passa a encaminhar sua produção para os portos flamengos, que por sua vez buscavam o açúcar em Lisboa, refinavam-no e vendiam-no para toda a Europa, principalmente para o Báltico, a França e a Inglaterra.

Para Furtado graças aos flamengos, em especial aos holandeses, que expandiram o comércio do açúcar por toda a Europa na segunda metade do século XVI, Portugal pode desenvolver com o auxílio da Holanda sua produção de açúcar no Brasil e tornar sua colonização viável com o financiamento de instalações produtivas no Brasil e na importação de mão de obra escrava para a produção açucareira.

Os portugueses detinham um grande conhecimento sobre o mercado africano de escravos e utilizaram esse conhecimento juntamente com os recursos holandeses para abastecer a nova colônia agrícola com essa mão de obra barata, o que foi fundamental para o êxito da produção de açúcar no Brasil.

Conforme este escritor houve um conjunto de circunstâncias favoráveis que permitiram que o governo português mantivesse sob seu domínio sua parte das terras na América, onde sempre manteve a esperança de encontrar ouro e metais preciosos, portanto ele conclui que o açúcar foi o que manteve Portugal com grande parte do território sul americano.

3. RAZÕES DO MONOPÓLIO

Para este teórico mesmo com o sucesso da colonização agrícola portuguesa no Brasil, os espanhóis poderiam ter se interessado no desenvolvimento de uma prática similar em seu território americano, já que dispunham de uma área densamente povoada por índios, podendo aproveitar essa mão de obra para a produção agrícola, porém continuaram concentrados apenas na extração de metais preciosos.

O enorme afluxo de metais preciosos para a metrópole espanhola gerou uma crônica inflação e um déficit na balança comercial espanhola, pois devido ao grande volume de ouro que a população espanhola detinha e o desinteresse pela produção interna manufatureira, devido à possibilidade de viver direta ou indiretamente de subsídios do Estado espanhol, desencadeou-se uma necessidade de suprir essa carência, com isso outras nações europeias passaram a exportar suas manufaturas para a Espanha, agravando ainda mais o déficit em sua balança comercial.

Caso a coroa espanhola tivesse investido na produção do açúcar, provavelmente teriam obtido êxito, pois possuíam terras de melhor qualidade para produção açucareira, mão de obra indígena abundante e mais evoluída do ponto de vista agrícola, uma localização geográfica mais próxima da Europa – que resultaria em menores custos de transporte e enormes recursos financeiros provenientes da descoberta de ouro na região.

Com este quadro, os portugueses teriam encontrado maiores dificuldades no processo de colonização de suas terras americanas, podendo afirmar que o êxito português se deu pela decadência da economia espanhola, devido a precoce descoberta de metais preciosos em seu território americano.

4. DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA

Conforme citado anteriormente, a Holanda possuía controle de todo comércio marítimo da região europeia, sem seu auxílio os portugueses jamais conseguiriam ultrapassar as barreiras para alcançar os países e comercializar seu atual produto de exportação, o açúcar, no entanto, com a absorção de Portugal na Espanha a guerra que a Holanda promoveu com a Espanha atrapalhou muito o comércio entre esses dois países. Segundo este economista, os ibéricos não estavam dispostos a ceder, o que culminou conforme cita o autor em uma “*guerra sem quartel*” (FURTADO, 2007) entre essas duas nações, acarretando numa ocupação holandesa em terras brasileiras.

Segundo Furtado os holandeses aproveitaram este período para adquirir “*o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira*” (FURTADO, 2007) e com esse conhecimento em mãos, os holandeses desenvolveram um mercado paralelo e concorrente ao de Portugal nas terras caribenhas.

Para concluir esta etapa o economista afirma que conforme Portugal ia sendo ultrapassado pelos holandeses na produção e comércio do açúcar, produto que durante aquele período era considerado a base econômica portuguesa, ascendia uma crise em sua moeda, pois sua moeda começou a sofrer uma crescente desvalorização perante o valor do ouro, o que só poderia ser considerado vantagem para aqueles que exportavam seus produtos.

5. AS COLÔNIAS DE POVOAMENTO NO HEMISFÉRIO NORTE

Segundo Furtado (2007) com o enfraquecimento militar da Espanha observado de perto pelas potências emergentes da época: Holanda, França e Inglaterra que buscavam há muito tempo se apoderar do rico quinhão espanhol na América, surge uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais. A invasão das ilhas do Caribe por parte da Inglaterra e França, que eram rivais na época gerou um núcleo de população europeia nas Antilhas no início do século XVII, o regime de povoamento dessa região foi baseado no sistema da pequena propriedade, onde o indivíduo pagaria seu pedaço de terra com trabalho futuro.

Devido à turbulência social, política e religiosa que a Inglaterra vivia nesta época, as Antilhas inglesas foram povoadas com maior rapidez e menor custo que as francesas, devido ao interesse de grupos populacionais ingleses em transferir-se para as colônias na América, criam-se então companhias não governamentais para financiar o traslado dessa população, essas companhias teriam privilégios econômicos sobre as colônias fundadas por elas.

Esse escritor explica que foi em virtude às consideráveis mudanças que ocorreram na agricultura britânica no final do século XVI, um excedente de mão de obra que vivia em condições muito precárias, foi incentivado a subordinar-se a um regime de servidão por tempo limitado nas colônias inglesas americanas.

As companhias organizadas para promover a colonização do Norte do continente americano, tiveram enormes prejuízos no início do processo de colonização, pois o que se podia produzir na Nova Inglaterra era o que se produzia na Europa, com um custo muito menor devido ao transporte e a mão de obra barata. Era necessário encontrar produtos que atendessem mercados em expansão e fossem produzidos em pequenas propriedades. As condições do clima nas Antilhas permitiam a produção de algodão, anil, café e fumo que eram produtos com excelentes perspectivas no mercado europeu e poderiam ser produzidos em pequenas propriedades, gerando lucros elevados para as companhias colonizadoras dessa região.

Com o sucesso deste negócio aumentou o recrutamento de mão de obra no regime de servidão temporária, porém não no ritmo necessário. Pessoas que cometiam crimes e contravenções eram induzidas a vender-se para trabalhar nas Antilhas inglesas e até mesmo a prática do rapto de adultos e crianças era corriqueira na época, com isso a população de Barbados chegou ao patamar de 37,2 mil habitantes de origem europeia.

6. CONSEQUÊNCIA DA PENETRAÇÃO DO AÇUCAR NAS ANTILHAS

Com o sucesso comercial dos produtos tropicais nas Antilhas, tornou-se cada vez mais difícil manter o abastecimento de mão de obra europeia na região, segundo Furtado, acreditava-se que este problema seria resolvido com a introdução da mão de obra escrava africana, com este acontecimento surgem dois tipos de produção tropical nas Antilhas: uma baseada em grandes unidades produtivas com mão de obra escrava e outra baseada em pequenas propriedades com mão de obra europeia.

O objetivo político inicial da colonização inglesa e francesa nas Antilhas era reunir um forte núcleo de população europeia na região, para alcançar esse objetivo criaram um sistema com produção de produtos tropicais baseados em pequenas propriedades, porém esses objetivos fracassaram, pois as grandes plantações escravistas tornaram-se um negócio muito lucrativo, para este especialista, este acontecimento foi muito importante para economia brasileira na época.

Com a expulsão dos holandeses da região nordeste do Brasil, os flamengos buscaram criar uma economia açucareira fora do território brasileiro, e acabaram encontrando nas Antilhas condições ideais para a produção do açúcar. Problemas como a queda do preço do fumo e a guerra civil na Inglaterra facilitaram a entrada dos holandeses na região. Eles levaram a técnica e todos os aparelhos necessários para produção do açúcar, além de financiarem a compra de equipamentos, escravos e terras. Com esse aporte holandês em menos de uma década as Antilhas, que possuíam uma localização geográfica melhor que a do Brasil, já detinham uma boa parte do mercado açucareiro. O impacto dessa mudança radical foi imediato, a economia antilhana cresceu vertiginosamente assim como a população escrava africana, enquanto a população europeia reduziu quase que pela metade.

A mudança da colonização baseada em pequenas propriedades para grandes propriedades nas Antilhas favoreceu o povoamento da região norte do continente americano pela população europeia que saiu das ilhas caribenhas.

Esta região não produzia produtos tropicais, mas criou uma economia autossuficiente que passou a exportar seu excedente de trigo para as Antilhas que estavam totalmente focadas na produção do açúcar e pararam de produzir para sua subsistência. Com o passar do tempo as colônias de povoamento da região norte americana passaram a exportar animais de tiro para os engenhos de cana e também madeira para encaixotar o açúcar produzido no Caribe. O comércio promovido por essas duas regiões americanas era feito por navios da Nova Inglaterra, o que acabou fomentando uma indústria naval na região norte, essa indústria que tinha matéria prima (madeira de ótima qualidade para construção de navios) abundante, tornou-se numa das principais atividades exportadoras das colônias setentrionais, outro produto que se tornou importante para as colônias do norte foi a destilação de bebidas alcoólicas, pois a França não permitia a produção nas Antilhas para não prejudicar a produção da Metrópole, com isso os colonos ingleses se aproveitaram desta situação para comprar a matéria prima das ilhas francesas e produzir e exportar a bebida.

Em seu livro Furtado demonstra que à partir deste momento a colonização americana estava dividida em três etapas: a primeira baseava-se na exploração da mão de obra local para extração de metais preciosos; a segunda na produção de artigos agrícolas tropicais por grandes propriedades que utilizavam mão de obra escrava africana; a terceira etapa era uma economia parecida com a da Europa, onde a produção era voltada para o consumo interno, ou seja, sem uma separação fundamental entre as atividades destinadas à exportação e ao consumo interno. Esta última etapa era totalmente controversa a política colonial e só ocorreu devido ao grande período de guerra civil na Inglaterra, à exclusão dos holandeses do comércio das colônias e a guerra entre Inglaterra e França que prejudicava o abastecimento das Antilhas com produtos europeus.

Com a supremacia inglesa nas Antilhas e a expulsão dos franceses de suas principais posições na América, a Inglaterra tentou por fim a concorrência que as colônias setentrionais americanas estavam fazendo à economia da metrópole com medidas legislativas que só aumentaram a tensão entre essas

duas partes. Para o pequeno produtor familiar que vendia o excedente de sua produção era mais vantajoso à importação de mão de obra europeia sob o regime de servidão temporária, pois não envolvia a necessidade de grandes investimentos para trazê-la. Já para o grande produtor especializado na agricultura de artigo exportável em grande escala a mão de obra escrava era bem mais lucrativa, porém exigia um grande investimento. As comunidades de colonos com pequenas propriedades tinham uma concentração de renda muito menor do que a dos grandes produtores, gerando um mercado de consumo de objetos de uso comum mais aquecido. Essas diferenças também eram notadas na sociedade, nas Antilhas inglesas os grupos dominantes tinham enorme influência política da Metrópole, já os produtores das colônias setentrionais entravam constantemente em conflito com os interesses da Metrópole, devido as suas políticas protecionistas.

7. ENCERRAMENTO DA ETAPA COLONIAL

Quando Portugal ficou sob domínio espanhol, acabou perdendo seu melhor entreposto de comércio com o oriente e a melhor parte da sua colônia americana estava ocupada pelos holandeses, com este cenário os portugueses conforme explica Furtado em seu livro, resolveram ligar o seu destino a uma grande potência da época – a Inglaterra. Os acordos firmados entre eles em meados do século XVII marcarão profundamente estas duas nações e consequentemente o Brasil.

O pequeno reino de Portugal que estava empobrecido pelos conflitos com a Espanha, viu-se obrigado a fazer concessões econômicas à Inglaterra em troca de garantias políticas. Os privilégios que tinham os comerciantes ingleses eram tão grandes que chegavam a influenciar o governo português. Agora que Portugal podia manter sua sobrevivência como potência colonial, precisava resolver o problema de sua colônia, que estava decadente devido à desorganização do mercado do açúcar. Com a descoberta do ouro no início do século XVIII no Brasil, os portugueses abriram mão da produção manufatureira na Metrópole para exploração de metais preciosos no Brasil e passaram a importar as manufaturas inglesas, com esse acordo, Portugal conseguiu finalmente consolidar o território de sua colônia americana.

O desenvolvimento da produção de ouro no Brasil e o novo acordo firmado em 1703 entre Portugal e a Inglaterra, fez com que ocorresse no Brasil uma expansão demográfica que modificou a população brasileira que passou a ter como maioria a população europeia em vez da população de origem africana. Este acordo deixou Portugal numa posição secundária de simples entreposto e permitiu à Inglaterra desenvolver imensamente o seu setor manufatureiro, além de gerar uma elevada concentração de capital que tornou o sistema bancário inglês no principal centro financeiro da Europa. Esta posição de entreposto comercial que Portugal assumiu se fez necessária para manter o pequeno reino como Metrópole de um dos mais ricos impérios coloniais da época.

Com a decadência da mineração no Brasil no final do século XVIII e a Inglaterra já no processo da Revolução Industrial, os ingleses precisavam quebrar as correntes da era Mercantilista e incentivar as ideias liberais para encontrar novos mercados para as suas manufaturas. Para colocar seus produtos no principal mercado consumidor europeu da época, os ingleses firmaram um acordo com a França em 1786 que colocou fim ao privilégio que Portugal tinha sobre a venda de vinhos para a Inglaterra, que conforme descreve o autor era a *“única contrapartida econômica que recebera Portugal nos 150 anos de vassalagem econômica”* (FURTADO, 2007, p. 68).

Como as perspectivas econômicas para o Brasil eram bem mais promissoras que as de Portugal, os ingleses em 1810 transferiram todos os privilégios que detinham sobre os portugueses para o Brasil com a garantia da transferência do governo lusitano para sua colônia na América sob a proteção inglesa e com a condição de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Com este tipo de acordo fica claro que o governo português tinha como único objetivo se manter como a casa reinante na Metrópole.

Quando o Brasil proclamou sua independência em 1822, Portugal contava com a proteção política da Inglaterra, porém os ingleses estavam mais interessados em manter seus privilégios na colônia portuguesa na América e com o tratado de 1827 do novo governo brasileiro transformou a Inglaterra em potência privilegiada, o que fez com que os ingleses reconhecessem a independência do Brasil, no entanto os privilégios dados à Inglaterra trouxeram sérias dificuldades econômicas para o governo brasileiro.

À medida que o café aumenta sua importância na economia brasileira, aumenta também a relação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos, que passa a ser o principal mercado importador dos produtos brasileiros. Com o fim do passivo político da colônia portuguesa, o Brasil consegue se livrar em 1842 do acordo que tinha com a Inglaterra, porém sua estrutura econômica continua muito parecida com o que era nos últimos três séculos com uma economia primária voltada a exportação que utilizava mão de obra escrava africana.

Só com a expansão cafeeira na segunda metade do século XIX e as tensões geradas pela crise neste setor é que começam a surgir os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio crescimento, finalizando assim o processo colonial da economia do Brasil.

**PARTE DOIS – ECONOMIA ESCRAVISTA DE AGRICULTURA TROPICAL –
SÉCULOS XVI E XVII**

8. CAPITALIZAÇÃO E NÍVEL DE RENDA NA COLÔNIA AÇUCAREIRA

Celso Furtado inicia esta segunda etapa afirmando que, com todas as dificuldades que apresentava a economia açucareira como, por exemplo: custo do transporte, adversidades geográficas, diferenças culturais entre a população indígena e os colonos, e o rápido crescimento dessa atividade no Brasil, indica que os portugueses empenharam muito esforço para que este feito tenha ocorrido. Os benefícios concedidos aos proprietários dos engenhos iam desde isenções tributárias até honrarias e títulos.

A maior dificuldade encontrada no início da atividade açucareira era em relação à falta de mão de obra na colônia, pois os engenhos de açúcar demandavam uma quantidade muito grande de trabalhadores escravos enquanto a oferta de mão de obra indígena era pequena e considerada de segunda classe. Os colonos com pouco capital ou que possuíam uma região geográfica inadequada para o cultivo da cana de açúcar passaram a capturar e comercializar a mão de obra escrava indígena local, como foi o caso da colônia de São Vicente, portanto mesmo que indiretamente, as colônias não produtoras de açúcar dependiam do sucesso da economia açucareira para sobreviverem.

Todos esses fatos demonstram que a mão de obra indígena foi muito importante para o início da produção açucareira no Brasil, com o desenvolvimento da economia do açúcar e o acúmulo de capital proporcionado pela produção ainda escrava indígena, foi possível trazer a mão de obra escrava africana para expansão do negócio, que cada vez mais, estava se tornando num sistema de produção mais eficiente e capitalizado.

Ultrapassadas as dificuldades da fase de instalação, a economia açucareira cresce vertiginosamente no final do século XVI, a produção de açúcar supera em umas vinte vezes a produção que havia sido estabelecida nas ilhas do Atlântico um século antes. Com um investimento de aproximadamente 1,8 milhão de libras esterlinas na etapa produtiva e mais de 20 mil escravos africanos a colônia portuguesa decuplicou sua produção no

último quartel deste mesmo século. Não se tem dados confiáveis sobre a renda gerada por essa economia, porém estima-se que, em um ano favorável, ela podia chegar até 2 milhões de libras, supondo que a população de origem europeia na colônia era de aproximadamente 30 mil habitantes, fica claro que a colônia açucareira era muito rica, porém toda essa riqueza era extremamente concentrada nas mãos dos proprietários de engenho.

As despesas fora do engenho com transporte e armazenamento do açúcar não chegavam a cinco por cento da renda gerada por essa atividade, os gastos com trabalhadores assalariados (homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos) representavam cerca de dois por cento dessa renda e por último o engenho gastava cerca de três por cento da receita total com despesas monetárias para compra de gado para tração e de lenha para as fornalhas. Estas despesas criavam um vínculo entre a região açucareira e os núcleos de povoamento existentes no Brasil. Com todos estes dados, fica entendido que cerca de noventa por cento da renda gerada pelos engenhos de açúcar ficava nas mãos dos senhores de engenho, o que evidencia a forte concentração de renda neste ciclo econômico.

Todos esses dados mostram a capacidade de capitalização da economia açucareira no final do século XVI, segundo o autor ela tinha rentabilidade suficiente “para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos” (FURTADO, 2007, p. 77). Todo esse crescimento pode ocorrer devido à capacidade de absorção dos mercados compradores, não gerando uma superprodução do açúcar. Baseado nestas informações pode-se supor que parte do capital investido na economia açucareira pertencesse aos comerciantes europeus e que grande parte da renda gerada por esta atividade retornava a Europa como modernamente chamamos de renda de não residentes.

9. FLUXO DE RENDA E CRESCIMENTO

O escritor explica que ao contrário do que ocorreu nas ilhas do Atlântico, desde o início o empresário açucareiro operou relativamente em grande escala de produção no Brasil, para isso teve que importar equipamentos e mão de obra europeia especializada. A mão de obra indígena deve ter sido utilizada nesta etapa inicial para tarefas não especializadas, porém muito importantes para a instalação dos engenhos. Com a introdução da mão de obra escrava africana, não houve mudança no processo de produção, ocorreu somente à troca de um trabalhador menos eficiente e difícil de capturar por outro mais eficiente e conhecido do povo europeu.

Depois de instalada a indústria açucareira o sistema de expansão dessa atividade segue a mesma trajetória: com gastos monetários para importar equipamentos, materiais de construção e escravos. O processo de construção dos engenhos não permitia que houvesse fluxo monetário, pois alguns escravos produziam alimentos para atender as necessidades básicas de toda a população escrava, enquanto outros trabalhavam nas obras para implantação dos engenhos e posteriormente nas atividades agrícolas e industriais da produção.

Numa economia exportadora escravista não há fluxo monetário, pois parte da renda gerada é transferida para o exterior através da importação de equipamentos, materiais e mão de obra e como os trabalhadores desta economia são escravos, a diferença entre o custo de manutenção desta mão de obra e o produto gerado por ela transforma-se no lucro do empresário, portanto o aumento monetário correspondia somente ao lucro do proprietário do engenho que não era distribuído no setor produtivo desta economia. Como quase todos os fatores de produção pertenciam ao empresário a renda gerada no processo produtivo se revertia quase toda a ele também e poderia ser medida através do volume de exportação.

Caso o mercado importador de açúcar absorvesse quantidades crescentes deste produto a um nível de preço satisfatório e a oferta de mão de obra fosse flexível, poderia ocorrer crescimento da atividade açucareira até a

ocupação total do território produtor. Baseado nestas informações, podemos imaginar que ocorreram controles na produção de açúcar entre o final do século XVI e início do século XVII para evitar uma redução brusca nos preços devido à superprodução, pois todas as condições apresentadas acima eram favoráveis nesta época e poderia ter ocorrido um crescimento muito maior do que o observado.

A economia escravista era totalmente dependente da demanda externa, caso esta diminuísse causaria decadência na atividade, porém como os custos dos empresários eram em quase sua totalidade fixos qualquer redução da capacidade produtiva ocasionava em perda para o empresário, por isso sob qualquer circunstância, ele mantinha a plena utilização dos fatores produtivos, dessa forma, a atividade exportadora mantinha sua estrutura inalterada. Por esses motivos, a economia açucareira do Nordeste brasileiro se manteve sem alterações estruturais importantes por mais de três séculos, mesmo passando por momentos econômicos muito diferentes neste período.

10. PROJEÇÃO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA: A PECUÁRIA

Como a economia açucareira era um mercado de dimensões relativamente grandes, alta rentabilidade e elevado grau de especialização ela tinha um potencial de importação muito grande, pois conforme citado em seu livro, o economista Celso Furtado explica que a própria produção de alimentos para os trabalhadores escravos tornava-se um empecilho para os proprietários dos engenhos de cana. Devido a essa especialização surge um mercado capaz de explicar o desenvolvimento de outras atividades econômicas nas demais regiões da colônia portuguesa na América.

A atividade açucareira tinha dimensões suficientes para influenciar o desenvolvimento de outras regiões da colônia, porém esse potencial sempre foi desviado para o exterior por decisões políticas de evitar uma concorrência com o mercado metropolitano. Com o fracasso dos objetivos iniciais na colônia de São Vicente, esta se transformou em uma colônia de povoamento que se dedicava a atividades com baixa rentabilidade como a caça ao índio. A atividade escolhida pelos colonos de São Vicente promoveu o desbravamento do interior do território brasileiro desenvolvendo a habilidade exploratório-militar que ajudou na ocupação de vastas áreas centrais do continente sul-americano.

A limitação da dinâmica econômica do açúcar, em relação à colônia de povoamento no sul, se deve em grande parte a abundância de terras próximas ao núcleo canavieiro, que resultou na criação de um segundo sistema econômico dependente da economia açucareira ainda no Nordeste. Segundo Furtado

“era no setor de bens de produção que o suprimento local encontrava maior espaço para expandir-se. As duas principais fontes de energia dos engenhos – a lenha e os animais de tiro – podiam ser supridas localmente com grande vantagem”. (2007, p. 96).

Foi a separação de duas atividades (açucareira e criatória) no Nordeste que impulsionou a criação de gado na região e promoveu a penetração e ocupação do interior do território brasileiro.

A atividade criatória tinha uma rentabilidade relativamente baixa, e não necessitava de muita mão de obra, com isso foi escolhido o trabalho indígena que se adaptou muito bem a essa atividade. Estima-se que no começo do século XVII a renda bruta gerada pela criação de gado era de aproximadamente 100 mil libras, enquanto a exportação do açúcar beirava os 2 milhões de libras, esses dados demonstram a dependência da atividade criatória em relação a atividade açucareira. O crescimento da atividade pecuária dependia fundamentalmente da expansão da atividade açucareira, da disponibilidade de terras e mão de obra para criação de gado. Como a economia açucareira estava no seu auge até a metade do século XVII, a disponibilidade de terras na colônia era praticamente ilimitada e a mão de obra indígena se adaptou muito bem ao trabalho com o gado, entende-se que as condições básicas para o crescimento da atividade criatória estavam atendidas.

Com o crescimento da economia criatória nordestina a renda média da população que desta dependia reduzia, pois com a expansão geográfica as distâncias entre o núcleo açucareiro e os criadores de gado aumentavam, elevando assim o custo e reduzindo o lucro, tornando essa atividade praticamente em uma economia de subsistência que produzia alimento para a população e couro que era uma matéria-prima muito utilizada naquela época.

11. FORMAÇÃO DO COMPLEXO ECONÔMICO NORDESTINO

As atividades produtoras tanto de açúcar como de criação de gado permaneciam com sua forma tradicional, ou seja, não modificavam sua estrutura produtiva para reduzir seus custos ou aumentar sua produtividade, isso pode ser observado tanto nos períodos de expansão quanto de retração. A economia açucareira dependia da importação de equipamentos e mão de obra para manutenção de sua produção, já na atividade criatória havia um crescimento vegetativo da mão de obra e não necessitava de gastos monetários para reposição de capital ou expansão da criação. Graças a estas diferenças as duas atividades se desenvolvem de forma bem diferente ao longo da crise no setor açucareiro no final do século XVII.

Com a queda no preço do açúcar, o aumento no preço dos escravos e a emigração da mão de obra especializada para a produção de ouro a atividade açucareira entra num lento declínio com redução da rentabilidade e desorganização no processo produtivo. Já a atividade criatória que possuía um aumento vegetativo da população animal e não havia um aumento na demanda pelo gado, acabou transformando-se numa atividade de subsistência com baixíssima produtividade. Nesse processo houve uma redução relativa da renda monetária que levou a produção de bens que antes eram importados, porém esses artigos eram rudimentares e artesanais. O couro passa a ter papel fundamental nessa economia de subsistência, pois era o único artigo que poderia gerar alguma renda monetária aos criadores.

Ao contrário do que ocorreu nas Antilhas, durante a estagnação da produção açucareira houve um aumento na população do Nordeste brasileiro, pois as reduções nas exportações não afetaram a atividade criatória que se tornou uma atividade de subsistência gerando alimento para população e provendo seu crescimento vegetativo. A expansão da economia nordestina passou de um setor de alta produtividade para uma atividade de baixa produtividade onde a maior parte da população produz apenas o necessário para subsistir, ocorrendo um retrocesso no processo de divisão de trabalho, de especialização e técnicas de produção.

12. CONTRAÇÃO ECONÔMICA E EXPANSÃO TERRITORIAL

A economia açucareira atravessou uma etapa de grandes dificuldades no século XVII como, por exemplo, a invasão holandesa que gerou um grande prejuízo a Portugal com desvio de mercadorias e enormes gastos militares para retomada da colônia no Nordeste brasileiro. Quando termina a etapa militar o preço do açúcar cai devido à perda do monopólio português sobre a produção açucareira, pois os holandeses depois de expulsos do Brasil começaram sua produção nas Antilhas.

Quando a atividade açucareira estava em seu auge a coroa portuguesa tratou de estender seu domínio sobre o território americano, principalmente para a região Norte do Brasil, pois tinha grande preocupação em manter seu monopólio sobre a produção de açúcar. Esse movimento expansionista visava eliminar qualquer possibilidade de concorrência na região e ocupar as terras permanentemente para que a defesa de seu território não se tornasse muito onerosa para a Metrópole.

O Estado do Maranhão é um exemplo de tentativa de colonização permanente da região Norte, porém conforme relata o presente escritor,

“a desorganização do mercado do açúcar, fumo e outros produtos tropicais, na segunda metade do século XVII, impediu os colonos do Maranhão dedicarem-se a uma atividade que lhes permitisse iniciar um processo de capitalização e desenvolvimento”.
(FURTADO, 2007, p. 111)

Com esse cenário os maranhenses começaram a capturar indígenas para comercializá-los como escravos, essa atividade foi a condição de sobrevivência para a população daquela região assim como ocorria na colônia de Piratininga.

Com a caça ao índio os colonos passaram a conhecer melhor a floresta da região Norte e descobriram alguns produtos como o cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas, etc. Esses produtos começaram a ser exportados pela colônia do Maranhão, que com a ajuda dos Jesuítas passou a utilizar a mão de obra indígena para extração desses produtos florestais em

troca de objetos de baixíssimo valor, tornando a produção rentável para os colonos. Essa exploração servil da mão de obra indígena foi um fator fundamental para a enorme expansão territorial da colônia portuguesa.

Mais ao sul da colônia portuguesa na América, os colonos da região do rio da Prata desenvolviam a atividade criatória e os seus couros representavam a única atividade que gerava uma renda monetária para população. Com a redução dos impostos arrecadados pela coroa portuguesa, devido à crise no setor açucareiro e o aumento relativo dos setores de subsistência, o governo português teve que reajustar o nível de importações da Metrópole e provocar uma desvalorização cambial de sua moeda. Essa desvalorização cambial favorecia o produtor de açúcar, pois seu produto ficava com um preço mais atraente no mercado internacional, porém prejudicava todo o setor de subsistência da colônia que dependia de vários produtos importados básicos como, por exemplo, sal, vestuário e armas de fogo que passavam a se tornar cada vez mais raros de se encontrar.

PARTE TRÊS – ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA – SÉCULO XVIII

13. POVOAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS REGIÕES MERIDIONAIS

Segundo Furtado (2007) a economia da colônia sul-americana portuguesa sofria uma constante decadência, essa estava gerando mais custos do que ganhos, pois conforme citado nos capítulos anteriores houve um crescimento significativo da concorrência no mercado por parte dos ingleses e franceses.

Para que Portugal pudesse reerguer a sua economia seria necessários descobrir novas fontes, nesse caso encontrar metais preciosos seria a solução mais viável, então o governo passou a investir mais neste ramo, pois a estrutura para esse tipo de busca era precária, com isso fazia-se necessário além de apoio financeiro da metrópole outros meios como mão-de-obra, recursos de suporte para as regiões do garimpo entre outros.

Um número considerável de portugueses decidiu espontaneamente migrar para a região de minérios, com grande interesse nessa área, já grande parte da mão-de-obra escrava veio da região nordeste, mudando definitivamente a nova imagem econômica portuguesa.

Em seu livro Celso Furtado diz que a *“economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia”* (2007, p. 118), pois para se iniciar a mineração não se fazia necessário um grande investimento, visto que a exploração era feita em pequenas minas, com isso a população europeia no Brasil chegou a ser dez vezes maior durante este período.

Embora a mão-de-obra escrava fosse tão importante quanto no período do açúcar, a forma como essa se estruturou era completamente diferente, uma vez que os escravos tinham mais liberdade para transitar em ambientes sociais diferentes e até mesmo por meio de seu trabalho mais empenhado comprar a própria liberdade.

Já na questão dos homens livres a diferença entre essas economias eram maiores ainda, visto que a probabilidade de ascensão social das classes mais baixas na economia açucareira eram praticamente nulas, chegando a se tornar um grande problema, devido ao fato que essas acabavam se tornando

cada vez mais baixas pela queda da valorização do açúcar português, enquanto se tratando da mineração o crescimento do nível das classes era mais presente, pois conforme citado anteriormente o investimento não era alto e o lucro era garantido.

Enquanto os donos dos engenhos mantinham uma relação fixa com as suas terras e a incerteza dos lucros da lavoura, os garimpeiros possuíam uma estrutura preparada para estar em constante movimento e sua alta lucratividade permitia que fossem usados todos os meios possíveis em prol de seu próprio desenvolvimento. Segundo Furtado *“a combinação desses dois fatores – incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente a especialização – marca a organização de toda a economia mineira”* (2007, p.121). O maior aproveitamento financeiro deste período deu-se logo no início, o auto investimento de capital na mineração acarretava em grandes problemas de abastecimento nessas regiões, com isso houve um aumento significativo nos preços de alimentos e animais nas regiões vizinhas, o que ocasionou uma difusão substancial em privilégio da economia provinda da mineração.

Devido a sua localização, longe da região portuária e distribuída em meios a uma região montanhosa, a população era totalmente dependente de uma estrutura eficaz de transporte realizada por um ampla tropa de mulas, essas eram parte fundamental de todo este processo, desde o abastecimento funcional até o encaminhamento do produto final ao destino. Devido à alta valorização deste meio de transporte nasceu um importante mercado paralelo de abastecimento.

14. FLUXO DE RENDA

O escritor Celso Furtado, inicia este capítulo explicando que “a base econômica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual estado de Minas, e a região de Cuiabá no Mato Grosso, passando por Goiás.” (2007, p.124). A produção áurea nestas regiões não era padronizada, devido ao fato que nem todas as regiões produziam esse minério por muito tempo, pois quanto mais fácil fosse a extração em determinada região mais rápido ela ficava escassa, com isso nem todas as regiões ganharam avanços significativos e duradouros.

A exportação do ouro teve seu ápice econômico nas décadas de 1750 e 1760, atingindo uma média aproximada de dois milhões de libras. Esta renda não poderia ser considerada tão lucrativa se comparada a economia proveniente do açúcar. Embora não tão próspera, a economia áurea estava mais favorável ao desenvolvimento do mercado interno que, no entanto não foi possível, Furtado acredita, que o principal motivo para este desenvolvimento não tenha acontecido seja a falta de interesse da metrópole, pois a mesma chegou até a criar um decreto em 1785 proibindo qualquer tipo de produção manufatureira interna, no entanto essa atividade já era praticamente nula devido à falta de mão-de-obra qualificada, tanto na metrópole quanto na colônia.

15. REGRESSÃO ECONÔMICA E EXPANSÃO DA ÁREA DE SUBSISTÊNCIA

Como explicado anteriormente pelo professor de economia, devido ao fato de não ter sido criado outros métodos de desenvolvimento do mercado endógeno, a decadência na produção de ouro resultou no acompanhamento da situação econômica local, em livro Furtado esclarece que conforme diminuía a produção, os grandes empreendedores perdiam seus investimentos e o suporte da mão-de-obra escrava ficava mais inacessível, com isso os investidores diminuía cada vez mais o capital investido e com o anseio de encontrar novas minas esses não queriam investir em outros meios que no momento poderiam ser considerados mais seguros.

Furtado compara este momento econômico com o mesmo momento que aconteceu na Austrália e elucida da seguinte forma

Houvesse a economia mineira se desdobrado num sistema mais complexo, e as reações seguramente teriam sido diversas. Na Austrália, três quartos de século depois, o desemprego causado pelo colapso de ouro constitui um ponto de partida política que tornou possível a precoce industrialização desse país. (2007, p. 133)

Desta forma ele conclui que em algumas décadas todo o sistema econômico proveniente do ouro havia sido desmontado.

**PARTE QUATRO – ECONOMIA DE TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO
ASSALARIADO – SÉCULO XIX**

16. O MARANHÃO E A FALSA EUFORIA DO FIM DA ÉPOCA COLONIAL

Conforme cita Furtado o último quartel do século XVIII é representado por um declínio na economia, tanto açucareira quanto áurea, causando um grande impacto na economia geral.

“A renda per capita, ao terminar o século, provavelmente não seria superior a cinquenta dólares de poder aquisitivo atual – admitindo uma população livre de dois milhões –, sendo esse provavelmente o nível de renda mais baixo que haja conhecido o Brasil em todo período colonial” (FURTADO, 2007, P. 138).

A economia brasileira possuía um conjunto sistêmico, cujo alguns se interligavam entre si e outros eram independentes, esse conjunto circundava dois eixos fundamentais, a economia açucareira e a áurea. O eixo açucareiro interligava-se de maneira sutil à pecuária nordestina e ao núcleo do ouro o pecuário provindo da região sul que ia de São Paulo ao Rio Grande. Na região norte dois centros independentes se desenvolviam, um na região do Maranhão e outro na região do Pará, este tinha como base uma economia focada no extrativismo, onde provinha da extração de produtos da floresta com o uso de mão-de-obra indígena, já o Maranhão embora autônomo, possuía uma ligação sucinta com a região açucareira por intermédio da periferia pecuária. Sendo assim o único centro totalmente independente era o Pará. Desta forma o escritor conclui que *“os três principais centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso hinterland pecuário.”* (2007, p. 139).

Nesses últimos vinte e cinco anos deste século, frente á esses sistemas, o que teve o maior avanço foi o da região maranhense, devido à atenção do governo português, especificamente Pombal, pois o mesmo enfrentava uma batalha com os jesuítas, dos quais eram inimigos de primeira mão dos maranhenses. Com isso Pombal fez um alto investimento, tornando o Maranhão um estado apto para grandes exportações de algodão.

“A produção maranhense encontrou, assim, condições altamente propícias para desenvolver-se e capitalizar-se

adequadamente. A pequena colônia, em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de cem a 150 navios por ano e chegando a exportar 1 milhão de libras” (FURTADO, 2007, p. 140)

Segundo Furtado, exceto o Maranhão, todas as demais regiões passavam por sérias dificuldades econômicas. Nos primeiros vinte anos do ultimo quartel deste século, houve uma sucessão de acontecimentos políticos externos que interferiram diretamente na economia brasileira. A guerra dos EUA e sua influência na região maranhense, A Revolução Francesa e as consequências para as regiões produtoras de mercadorias tropicais e finalmente *“as guerras napoleônicas, o bloqueio e o contrabloqueio da Europa, e a desarticulação do vasto império espanhol da América.”* (2007, p. 140).

Em 1789 a colônia francesa do Haiti sofreu uma grande crise, criando um novo ciclo de progresso na economia açucareira. Com a elevada demanda de algodão durante a guerra, somada a crescente evolução do desenvolvimento industrial, resultou no desenvolvimento do nordeste, juntamente com o maranhão, investimento para produção deste material. Outro acontecimento que também influenciou diretamente em nossa economia foi as atribulações vividas nas colônias espanholas, refletindo nas economias baseadas na produção de couro e produtos tropicais. Esse momento prospero vivido era passageiro, pois todas essas economias estavam baseadas em momentos de instabilidades políticas, que conforme iam se reestabelecendo passavam a depender menos desse mercado.

17. PASSIVO COLONIAL, CRISE FINANCEIRA E INSTABILIDADE POLÍTICA

O professor de economia prossegue afirmando neste capítulo que as contribuições europeias no final do século XVIII e no início do seguinte, embora tenham contribuído para um avanço no cenário político do país, serviu para favorecer o início de uma crise no declínio da economia áurea. Houve então a abertura dos portos e a independência da colônia, porém para que isso acontecesse o Brasil teve que conceder à Inglaterra vantagens que num futuro próximo o levaria a graves consequências.

Com a independência de Portugal, o Brasil conseguiu se colocar frente ao mercado europeu do qual dependia. No entanto houve uma incoerência entre os líderes da economia brasileira e os ingleses, devido ao acordo comercial que privilegiava somente a Inglaterra que possuía inúmeras vantagens econômicas sob o Brasil, esse desacordo causou uma série de dificuldades econômicas para o país. Em seu livro Furtado explica de forma sucinta o estado em que se encontrava a situação econômica e política deste país.

“O governo central, que enfrenta extraordinária escassez de recursos financeiros, vê sua autoridade reduzir-se por todo o país, numa fase em que as dificuldades econômicas criavam um clima de insatisfação em praticamente todas as regiões. As províncias do norte – Bahia, Pernambuco e Maranhão – atravessam um momento de sérias dificuldades econômicas. Os preços do açúcar caem persistentemente na primeira metade do século, e os do algodão, ainda mais acentuadamente. Na Bahia e em Pernambuco, e em especial no Maranhão, a renda per capita deve haver declinado substancialmente durante esse período. Na região sul do país as dificuldades econômicas se acumularam como reflexo da decadência da economia do outro, principal mercado para o gado produzido no sul. As inúmeras rebeliões armadas do norte e a prolongada guerra civil do extremo sul são o reflexo de empobrecimento e dificuldades.” (2007, p. 146).

É no auge desses acontecimentos que começa a aparecer o café, uma nova origem de riqueza para esta nação.

18. CONFRONTO COM O DESENVOLVIMENTO DOS EUA

Para Furtado, o Brasil enfrentou sérios problemas em sua economia, causando um extenso período de crise econômica, devido à queda substancial dos valores dos produtos frente à exportação e conjuntamente com a inexperiência de um novo governo e uma nação em processo de solidificação política.

Para o Brasil aplicar um modelo econômico baseado no modelo utilizado nos EUA, não passe de teoria, para explicar melhor o escritor começa explicando que *“o protecionismo surgiu nos EUA, como sistema geral de política econômica, em etapa já bem avançada do século XIX, quando as bases de sua economia já se haviam consolidado”* (2007, p. 152).

Conforme citado nos capítulos cinco e seis, os EUA passou por um processo de independência diferente do Brasil.

O método de controle da metrópole inglesa era diferente, essa preocupava-se em manter na colônia apenas investimentos que não abrisse um mercado concorrente ao seu e sim que somasse, com o intuito de diminuir o número de importação de origens estrangeiras. Já as colônias enfrentavam problemas para obter matéria-prima importada, sendo assim para suprir suas necessidades acabaram encontrando formas para se desenvolverem e, portanto, suprirem suas carências. Outro passo importante que marcou o desenvolvimento desta colônia é a questão naval, pois devido a sua localização frente aos países europeus, acabou desenvolvendo uma indústria para a construção de navios, que teve o ápice do seu desenvolvimento durante as guerras napoleônicas.

“A Guerra da Independência, cortando por vários anos todo suprimento de manufaturas inglesas, criou um forte estímulo à produção interna, que já dispunha de base para expandir-se. Logo em seguida teve início a etapa de grandes transtornos políticos na Europa, os quais criaram estímulos extraordinários para o desenvolvimento da economia norte-americana. (...) Para que se tenha ideia dessa prosperidade, basta ter em conta que de 1789 a 1810 a frota mercante norte-americana cresceu de 202 mil para 1,425

milhão de toneladas, e que todos esses barcos eram construídos no país” (FURTADO, 2007, p.154)

Embora os EUA tivessem uma posição favorável frente à economia, ainda dependia da exportação de produtos básicos como o algodão, responsável pelo avanço econômico devido ao ápice da Revolução Industrial. Para elucidar o autor mostra em dados essa alta, que entre os anos de 1780 e 1850, a exportação cresceu de 2 mil toneladas para aproximadamente 250 mil anuais.

19. DECLÍNIO A LONGO PRAZO DO NÍVEL DE RENDA: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Conforme Furtado explica, para que o Brasil tivesse se desenvolvido no mesmo ritmo que os EUA, seria necessário que tivesse uma demanda intensa de exportações, no entanto o Brasil não possuía uma indústria desenvolvida para tal. O país estava sobrevivendo basicamente da produção e do consumo interno, pois os ciclos econômicos estavam em decadência.

Sendo assim o economista conclui que o principal motivo do declínio da economia foi a queda no volume de exportações. *“Durante esse período, a taxa de crescimento médio anual do valor em libras das exportações brasileiras não excedeu 0,8 por cento, enquanto a população crescia a uma taxa anual de cerca de 1,3 por cento”* (2007, p. 160).

Levando em consideração qualquer margem de erro, o autor considera que este foi o período em que a renda *per capita* foi a mais baixa em todo o período da colônia.

20. GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA

Esses ciclos antecedentes não trouxeram benfeitorias duráveis ao Brasil. A Revolução Industrial, importante movimento europeu que revolucionou a indústria mundial surtiu pouquíssimo efeito. A mão-de-obra africana estava completamente escassa e sem alternativa. A soma desses fatores segundo Furtado era o estado real em que se encontrava o país, ou seja com sérios problemas econômicos e políticos.

O Brasil não enquadrava-se em nenhum eixo econômico perante o mercado de exportação. Sem desenvolver técnicas de produção e na ausência de uma política adequada para governar a única alternativa para melhorar sua situação seria adentrar ao mercado externo. *“Estagnadas as exportações e impossibilitado o governo de aumentar o imposto das importações, o serviço da dívida externa teria de criar sérias dificuldades fiscais, as quais, por seu lado, contribuíram para reduzir o crédito público.”* (Furtado, 2007, p.165).

Para o Brasil alcançar um nível de exportações necessárias para conseguir entrar em uma nova etapa de desenvolvimento seria necessário um novo mercado, o que no momento não seria possível, pois os principais produtos de exportação estavam defasados.

O açúcar perdeu espaço para a produção do açúcar da beterraba produzido nos EUA, assim como também aconteceu com o algodão, produzido em grande escala e com alta tecnologia, ambos possuíam facilidades de exportação devido a facilidade que os EUA possuíam frente ao transporte naval. O fumo, os couros, o arroz e o cacau não eram produzidos em escala suficiente para melhorar a situação.

Na metade do século já se falava em um produto novo, capaz de melhorar a situação da economia, que embora já fosse produzido no começo do século passa a ser um produto significativo, o café assume então no final deste século um importante papel na economia, pois qualquer desenvolvimento durante este período ocorre estritamente por meio da produção do café.

Vários fatores contribuíram para que a produção do café utilizasse recursos preexistentes de outros produtos, como a região mineira que tinha mão-de-obra e o transporte (mulas) que foram reutilizados do ciclo do ouro, contribuindo assim para uma expansão mais rápida e completa.

“O segundo e principalmente o terceiro quartel do século XIX são basicamente a fase de gestação da economia cafeeira” (FURTADO, 2007, p. 169). Da segunda metade em diante deste século os valores do café começaram a se reestabelecer no mercado, no tempo em que o do açúcar permanecia inerte, fazendo com que grande parte da mão-de-obra se transferisse da região norte para o sul do país.

É durante este período também que surge uma nova classe empresária, que será de grande importância para a transformação e desenvolvimento deste ciclo.

Diferente do açúcar, a produção e comercialização do café surgiu à partir de mãos de administradores experientes e aptos para saber as melhores condições de comercialização deste produto.

“A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende de uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferências na política financeira e econômica.” (FURTADO, 2007, p. 172)

21. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

I. Oferta interna potencial

Por volta da primeira metade do século XIX a população de mão-de-obra escrava não alcançava a faixa de 2 milhões de indivíduos. O que dificultava a implantação de qualquer empreendimento em larga escala. De acordo com a análise de dados feita por Celso Furtado, a taxa de mortalidade era maior que a taxa de natalidade destes escravos, com isso a população tendia a diminuir, fato que somado a dificuldade em adquirir novos escravos acabou causando um grande problema a ser enfrentado para esta economia.

O fato da taxa de mortalidade ser maior que a natalidade, infere que as condições de vida destes escravos eram extremamente precárias. Os mecanismos de sustento na região do açúcar eram praticamente nulas, fazendo com que houvesse um grande tráfico interno de escravos, causando uma deficiência que agravaria a situação que já era difícil da econômica açucareira.

Com a impossibilidade de imigração africana, este déficit precisava ser sanado o mais rápido e possível.

A mão-de-obra disponível além da escrava provinha de uma complexa relação entre proprietário de terras, trabalhadores livres e economia de subsistência.

Sem sucesso para a solução desta crise, cogitou-se a ideia de importar mão-de-obra asiática,

“em regime de semi-servidão, seguindo o exemplo das Índias Ocidentais inglesas e holandesas. Tão grave era, com efeito o problema da oferta de mão-de-obra no Brasil, no terceiro quartel do século XIX, que a um homem com visão e a experiência de Mauá não ocorria melhor solução que essa da semi-servidão dos asiáticos” (FURTADO, 2007, p. 180)

21. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

II. *A imigração europeia*

De acordo com o que descreve em seu livro, Celso Furtado explica que para sanar as dificuldades que estavam sendo enfrentadas pelos produtores de café, sobre a questão da escassez de mão-de-obra, a alternativa que parecia mais acessível seria a imigração europeia que, nos EUA obteve sucesso.

No entanto a imigração europeia para os EUA não tinha por objetivo a mão-de-obra em grande plantações, e neste caso o que mantinha esta produção era a manutenção dos escravos por meio da natalidade, embora esses, não trabalhavam em lavouras de grande porte.

No Brasil as colônias europeias criadas com este intuito não alcançaram êxito, pois o governo patrocinava por um longo tempo desde o transporte até a instalação e manutenção da região, sendo que sempre que o governo parava de investir, por nunca ter gerado receita, a economia local desacelerava e acabava se transformando em subsistência, Furtado cita como exemplo a colônia alemã criada no Rio Grande do Sul. Aos europeus que viajavam por essas terras restavam apenas declarações que a culpa para a situação precária que esses colonos viviam era do governo e das leis impróprias para a região e seu desenvolvimento.

Sabendo-se que a ausência de mão-de-obra seria um grande empecilho para o desenvolvimento da economia cafeeira e o governo sozinho não daria conta de sanar esse problema, a classe dirigente desta economia resolveu buscar soluções, sendo assim o em 1842 o senador Vergueiro decidiu ir diretamente a Europa contratar imigrantes para trabalharem em suas terras. Com o financiamento do governo para os custos da viagem o senador trouxe oitenta famílias de alemães para trabalhar em sua fazenda em limeira. Com o sucesso desta iniciativa, outros fazendeiros resolveram seguir seu exemplo. Logo fica claro que esta estrutura que estava se formando para atrair os europeus se transformaria em um regime de semiescravidão.

“Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade. É fácil perceber até onde poderiam chegar os abusos de um sistema desse tipo nas condições de isolamento em que viviam os colonos, sendo o fazendeiro praticamente a única fonte do poder político”. (FURTADO, 2007, p. 185).

Não tardou para o governo europeu intervir, em 1967 um alemão denunciou o Brasil dizendo que o governo submetia os colonos em um regime de escravidão disfarçada. Com isso a solução prevista era reestabelecer os termos em sua totalidade, reorganizando este sistema para funcionar de forma fluida.

A valorização do café tornou seu cultivo mais atraído, no entanto o comercio americano do algodão estava em plena atividade, fazendo com que o houvesse uma grande demanda de escravos para a região, com isso a imigração europeia tornou-se a única solução plausível para o momento. A partir da década de 80 os colonos passaram a participar de um sistema assalariado, no qual eles tinham por obrigação cuidar e manter uma determinada quantia de terra dos seus patrões e recebiam um valor monetário equivalente.

Outro impasse a ser resolvido seria o custo da viagem, em 1870 o governo assumiu esses custos. Sendo assim aos fazendeiros restava apenas cuidar da manutenção dos colonos durante o primeiro ano de estadia, visto que o pagamento do salário dos colonos era anual. Com esse conjunto de favoráveis leis ficou mais atrativo a imigração europeia.

Neste período a Itália sofria uma forte crise durante seu processo de unificação, fazendo com que a situação ficasse mais favorável para os brasileiros e até mesmo para os italianos, pois com essa forte onda de emigração a Itália teve mais forças para se recuperar.

“Estava, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente migratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no estado de São Paulo. O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobre de 13 mil, nos anos de 1870, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no ultimo decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália”. (FURTADO, 2007, p. 188).

23. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

III. *Transumância amazônica*

Entre os últimos 25 anos do século XIX e primeiros 25 anos do século XX, houve uma grande movimentação interna de população, que saía da região nordeste para a região amazônica.

A economia desta região era baseada em especiarias, onde o cacau era o produto de maior valor, logo produtividade, no entanto devido à falta de qualidade na produção, este não obteve maior destaque no âmbito econômico nacional. Os outros produtos não tiveram êxito principalmente devido a falta de mão-de-obra.

“Era o caso, por exemplo, da borracha, da produção da borracha, cuja exportação se registra desde os anos 20, alcançando 460 toneladas anuais como média nos anos 40, 1900 no decênio seguinte e 3700 nos anos 60. É por essa época que começou a registrar-se o aumento nos preços do produto. De 45 libras por tonelada nos anos 40, o preço médio de exportação sobe para 118 libras no decênio seguinte, 125 nos anos 60 e 182 nos 70.”
(FURTADO, 2007, p118).

A borracha estava prestes a se tornar fundamental frente à nova economia mundial, devido a forte onda de industrialização e expansão do mercado. Para atender essa demanda, a borracha enfrentaria duas problemáticas, a primeira seria como fazer a extração do látex (matéria-prima da borracha) de forma adequada para que sua extração seja suficiente para atender esta demanda, no entanto por ser um produto abundante na Amazônia, este torna-se um problema a longo prazo, o qual não mereceria muita atenção, visto que a segunda problemática era de maior necessidade, a mão-de-obra, que se tornou um problema grave.

Devido a essa forte onda econômica, o processo de extração deveria ser desenvolvido com máxima urgência, Furtado explica que esse processo se dividiu em duas etapas, em curto prazo uma solução de “*emergência para o*

problema da oferta do produto extrativo; a segunda se caracteriza pela produção organizada das bases racionais” (2007, p. 191).

Pior que na região cafeeira, a maior dificuldade à ser enfrentada nesta região seria a mão-de-obra. Não existem dados disponíveis sobre a população, no entanto Furtado compara o os censos de 1872 e 1900, sendo que a população cresce de 329 mil para 695 mil habitantes.

O escritor faz ainda outra comparação que deve ser mencionada, enquanto os imigrantes tinham total estrutura tanto da parte do governo quanto dos cafeicultores para chegar e se estabelecer de forma segura e saudável para trabalhar, o nordestino rumo a Amazônia, tinham que arcar com todo e qualquer custo para transporte e residência, sendo que esse regime fazia com que sempre estivesse endividado e reduzindo-os a um regime de servidão, visto que era de total precariedade as condições de trabalho, fazendo com que o índice de mortalidade nesta região fosse muitíssimo alto.

“Excluídas as consequências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra.” (FURTADO, 2007, p.197).

24. O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

IV. Eliminação do trabalho escravo

A escravidão era considerada mais que uma questão de mão-de-obra, era tida como patrimônio. A libertação dos escravos, segundo Furtado era vista como prejuízo para a maioria dos senhores “uma verdadeira ‘hecatombe social’” (2007, p. 198). Os escravos eram vistos como riqueza, na qual com a libertação, se tornaria uma fonte de pobreza. Outros acreditavam que esse acontecimento traria a liberação de capital, pois não seria necessário dispor de uma grande quantia financeira para tal necessidade.

Nas Antilhas não houve mudanças no comportamento da economia, já que os ex-escravos não tinham como emigrar para outro lugar, sendo assim acabavam ficando na sua terra, se tornando um trabalhador assalariado, a base salarial era de acordo com a necessidade de subsistência, fazendo com que a situação não mudasse muito do sistema de escravidão. Já no extremo, onde a oferta de terras fosse abundante, eles abandonariam as terras com o intuito de sobreviver de uma economia de subsistência, trazendo sérias dificuldades para o setor, como não seria possível para os proprietários de terras que isso acontecesse, os mesmos acabariam por oferecer altos salários para manter a mão-de-obra, o que ocasionaria em uma perda considerável dos lucros.

No Brasil, não aconteceu nenhuma dessas duas situações, porém pode-se perceber que a economia açucareira esteve mais próxima da primeira e a cafeeira da segunda.

Nos dez anos que antecederam a libertação a indústria açucareira passou por uma série de transformações e avanços tecnológicos. A evolução do mercado açucareiro em Cuba, com pesados investimentos americanos, somada a evolução técnica e a queda na exportação, fizeram com que a busca por mão-de-obra ficasse bem contida. Sendo assim esse acontecimento não ocasionou quaisquer efeitos.

Na região cafeeira, a libertação ocasionou em uma redistribuição em favor da mão-de-obra, conforme cita Furtado, as reações foram várias, em algumas regiões, os produtores tiveram que oferecer um salário relativamente mais alto, para manter sua mão-de-obra, já em outras houve um pequeno refúgio para terras abandonadas, transformando-se em economia de subsistência, mas em um geral, não houve graves consequências a ponto de afetar a economia e/ou o mercado.

25. NÍVEL DE RENDA E RITMO DE CREASCIMENTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Nos últimos cinquenta anos do século XIX, o Brasil obteve um alto desenvolvimento, segundo Furtado, devido basicamente à exportação.

“Um aumento de 214 por cento do quantum das exportações acompanhado de uma melhora de 58 por cento na relação de preços do intercâmbio significa um incremento de 396 por cento na renda real gerada pelo setor exportador”. (2007, p. 206)

De acordo com os dados apresentados por este escritor, este desenvolvimento não ocorreu de forma uniforme em todo território brasileiro, e para discorrer melhor sobre o assunto, o autor divide o território em três grandes regiões.

O primeiro engloba as regiões do nordeste, formada por uma economia baseada praticamente na produção do açúcar, algodão e a economia de subsistência, criada para dar suporte as duas de maior produção, começando no Maranhão seguindo até o Sergipe, excluindo a Bahia, por sua economia estar dirigida exclusivamente para a produção do cacau. A população local destes estados representa um terço do total deste país e se incluir nesse cálculo a região baiana chega a representar a metade do número de habitantes.

Conforme Furtado explica, de acordo com os censos de 1872 e 1900 a população destes oito estados cresceu 1,2 por cento ao ano, aplicando esse valor aos cinquenta anos analisados, obtém-se um total de 80 por cento, valor consideravelmente superior ao total produzida pelo setor, o equivalente a 54 por cento. Com base nos dados apresentados, Furtado explica que *“pode-se admitir que a população dos dois sistemas haja crescido com igual intensidade, e que a renda per capita do sistema de subsistência haja permanecido estável”* (2007, p. 208), e acrescenta afirmando que, *“pode-se admitir que tenha havido transferência de população do sistema exportador para o de subsistência e que a renda per capita naquele que haja sido mantido”* (2007, p. 209)

A segunda região está localizada basicamente na região sul do país incluindo o estado do Mato Grosso e sua economia está baseada na produção interna de subsistência voltada ao mercado brasileiro, como exemplo o autor cita as regiões do Paraná na produção de erva-mate o Rio Grande do Sul com o desenvolvimento de um setor pecuário.

Este estudioso compara esta região de subsistência com a região do nordeste e demonstra as drásticas diferenças, com base nos censos acima citado ele explica que a população teve um aumento de três por cento, que nos cinquenta anos estudados representa um aumento de trezentos e trinta e dois por cento. Com base nesses dados o autor conclui que a taxa de crescimento se aproxima ao valor estimado de exportação, o equivalente a trezentos e noventa e seis por cento.

A terceira região é composta por toda a região cafeeira que atinge as regiões do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A população desses estados tem um aumento gradativo de 2,2 por cento e após fazer as comparações com as outras regiões, Furtado explica que,

“Como a quantidade de café exportado aumentou 341 por cento, e os preços do produto, 91 por cento, entre as anos 40 e o último decênio do século XIX, deduz-se que a renda real gerada pelas exportações desse artigo teria crescido à taxa anual de 4,5 por cento. Dado o crescimento da população, a taxa de aumento anual da renda real per capita seria de 2,3 por cento.” (2007, p. 212)

Duas regiões de relativa importância para economia que ficaram de fora desta análise, a Bahia, que em 1872 era responsável por treze por cento da população total e a Amazônia, três por cento. No primeiro tinha como base o cacau e o fumo, que juntos entre os anos de 1840 3 1890 chegaram a alcançar um valor de exportação de 1.057 milhão de libras. Já a região amazônica, teve uma alta neste mesmo período com a exportação da borracha de 0,4 por cento para quinze por cento.

26. O FLUXO DE RENDA NA ECONOMIA DE TRABALHO ASSALARIADO

O principal acontecimento na economia nos últimos vinte anos do século XIX foi a importância do crescimento do setor assalariado, neste capítulo o autor tem por objetivo analisar esta importância.

Para tornar a análise mais clara, Furtado divide em “*dois grupos gerais: a renda dos assalariados e a renda dos proprietários*” (2007, p.218). Enquanto a renda oriunda do primeiro grupo é revertida praticamente para o autossustento, já na segunda a parte voltada ao autossustento é substancialmente menor e este excedente é destinado para aumentar o capital.

O fluxo de renda gerado pelo setor exportador impulsiona de forma ampla a economia interna. Furtado explica que

“os gastos de consumo (...) vê constituir a renda dos pequenos produtores, comerciantes e etc. (...) a soma de todos esses gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora. (...) Crescendo a massa de salários pagos, aumentaria automaticamente a procura de artigos de consumo” (2009, p. 219)

27. A TENDÊNCIA AO DESEQUILÍBRIO EXTERNO

A nova rede de trabalho assalariado apresenta alguns problemas que durante a economia escravista somente havia esboçado. Um dos problemas mais comuns a esse tipo de economia *“consistiria na impossibilidade de adaptar-se às regras do padrão-ouro, base de tida a economia internacional no período que aqui nos ocupa.”* (FURTADO, 2007, p. 223). Esse sistema tinha como princípio que todo país deveria possuir uma reserva de metais suficiente para atender qualquer carência de sua balança de pagamento. O impasse era que todos os países deveriam participar desse rateio de acordo com sua participação no comércio exterior.

A principal indagação de Furtado neste capítulo como essas regras poderiam ser aplicadas em um país onde a principal fonte de renda gira em torno das exportações de produtos primários.

Em uma economia em que o número de importações fosse o mínimo necessário, sendo consideravelmente inferior ao valor de exportação, um desequilíbrio na balança seria facilmente ressarcido pelo comércio interno, sem trazer graves consequências. Já quando o número de importações é igual ou superior ao número de exportações – como no caso do Brasil – este mesmo desequilíbrio abala o sistema, pois exige uma grande retirada de circulação monetária do mercado interno, com isso os valores dos produtos exportados também sofriam uma queda considerável no preço. Deve-se considerar também as relações estabelecidas entre as exportações e as finanças públicas, pois estas tem como principal fonte de renda os impostos arrecadados sob essas transações.

Furtado considera que o mais importante é entender que a quando a crise se instalou nos centros industriais, houve uma queda nos preços dos produtos primários, diminuindo abruptamente a entrada de divisas no país de economia dependente.

28. A DEFESA DO NÍVEL DE EMPREGO E A CONSTRUÇÃO DA RENDA

Conforme citado anteriormente, o país dispunha de uma mão-de-obra capaz de suprir e todas as necessidades do mercado cafeeiro. A alteração salarial fazia com que por meio de transferência de mão-de-obra a economia de subsistência se transformasse em economia exportadora, com isso os proprietários do ramo cafeeiro podiam reverter todo o lucro obtido em seu favor.

A situação favorável do Brasil diante da produção cafeeira não gerava nenhum incentivo aos cafeicultores. *“Nem por isso se poderá deixar de reconhecer que o método da cultura extensiva possibilitava um volume de produção por unidade de capital – fator escasso – muito superior ao que se lograria com métodos agrícolas intensivos”* (FURTADO, 2007, p. 234).

Furtado afirma que o desequilíbrio externo acontecia devido a um conjunto de fatores que se relacionavam diretamente com o próprio sistema econômico, sendo assim as crises agiam de forma exógena com impactos de grandes proporções.

A melhora da produtividade econômica obtida por meio da alta cíclica ficavam sob posse dos empresários, sendo assim as fases de mais prosperidade havia maior concentração de renda. Já na etapa de decadência deste ciclo, acontecia uma queda na produtividade econômica no setor exportador e é durante o período de baixa que os prejuízos tendiam a ficar em maior parte por conta dos empresários.

“Por sua própria natureza, a plantação de café significa uma inversão a longo prazo com grandes imobilizações de capital. (...) O abandono da plantação de café significaria para o empresário um grande prejuízo, dado o montante do capital imobilizado. (...) Dada a natureza da atividade econômica, a única forma de lograr, a curto prazo, aumentos de produtividade física seria cortando na folha de salários, o que não constituía uma solução do ponto de vista do conjunto da coletividade” (FURTADO, 2009, p. 240).

Com isso o mais importante durante os períodos de crise era manter estáveis os índices de empregabilidade.

29. A DESCENTRALIZAÇÃO REPUBLICANA E A FORMAÇÃO DE NOVOS GRUPOS DE PRESSÃO

Furtado faz uma análise processo de depreciação cambial, sendo que de um lado acontecia uma troca entre as economias baseadas no sistema de subsistência e exportação, sendo que quem se beneficiava nessa troca era o setor exportador, já por outro lado havia importantes transferências dentro do próprio setor, visto que os assalariados transformavam em consumo seu capital, este consumo trazia uma demanda maior para estes produtos.

O resultado da baixa na distribuição de renda causada pela depreciação cambial tinha piores consequências devido ao funcionamento das finanças públicas.

Com isso o valor do ouro da receita caía, acarretando em um problema, pois o governo tinha por obrigação importantes compromissos para quitar em ouro. Como consequência o governo via-se obrigado a emitir papel-moeda para que pudesse manter os serviços públicos essenciais.

Segundo Furtado “o sistema monetário de que dispunha o país demonstrava ser totalmente inadequado para uma economia baseada no trabalho assalariado.” (2007, p. 245). O sistema que prevalecia não possuía nenhuma flexibilidade e as medidas utilizadas para a expansão foram tomadas em momento de crise e sem o “consentimento” dos governantes.

“Se por um lado a descentralização republicana deu maior flexibilidade político-administrativa ao governo no campo econômico, em benefício dos grandes interesses agrícola-exportadores, por outro a ascensão política de novos grupo sociais – facilitada pelo regime republicano –, cujas rendas não derivavam da propriedade, veio reduzir substancialmente o controle que antes exerciam aqueles grupos agrícola-exportadores sobre o governo central.” (FURTADO, 2009, p. 248)

PARTE CINCO – ECONOMIA DE TRANSAÇÃO PARA UM SISTEMA INDUSTRIAL – SÉCULO XX

30. A CRISE DA ECONOMIA CAFEIRA

Furtado afirma que os últimos dez anos do século XIX foram favoráveis para a cultura do café no Brasil. Segundo o autor, este momento aconteceu principalmente porque a produção deste produto em outros países descendeu e, além disso, a descentralização republicana proporcionou um controle da imigração para os estados, inclusive para os produtores de café. Com isso, a inflação de crédito cooperou para proporcionar crédito para a abertura de novas terras.

Era de se esperar que, com toda a oferta de mão de obra e abundância de terras, os preços baixassem com o passar do tempo e que, pelo mesmo motivo, a oferta de café crescesse no Brasil. Com isso, a produção brasileira de café controlaria três quartos da oferta global, onde se constatou a superprodução brasileira de café nos anos iniciais do século XX.

Os produtores brasileiros, percebendo a situação favorável que aqui se instalou, retiveram parte da produção para aguardar a necessidade do mercado mundial, entretanto o mercado internacional não correspondeu às expectativas dos produtores, pois de 1893 a 1899, a crise que se instalou nos EUA influenciou em uma crise mundial, a qual foi particularmente agravada nos dois últimos anos desse período.

Com isso, os dirigentes dos estados celebrariam uma política de valorização do produto, a qual se baseava em:

“a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;

b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;

c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;

d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.” (FURTADO, 2009, P. 176)

Segundo Furtado, os produtores brasileiros mantiveram a estratégia de reter sua produção em estoques, a qual sustentou o país, com eficiência, até o final da terceira década do século XX. Apesar disso, entre 1925 e 1929 a produção de café aumentou em cem por cento, o país manteve as exportações estabilizadas e elevou o preço para o mercado internacional e com esta lucratividade, investiu em novas plantações. Instalou-se assim uma situação denominada “desequilíbrio estrutural” da oferta e procura, já que os produtores só exportavam dois terços da produção, mas continuavam investindo em novas terras.

Na opinião do autor, o “erro” dessa política era o de não observar que o produto colonial não poderia ser comparado com um industrial, bem como o erro do convênio de valorização do produto era não mencionar a necessidade de diminuição da produção de café, já que afirmava que o governo brasileiro investiria nos estoques. Além disso, para Furtado o erro dos produtores foi não permitir a baixa nos preços do produto, pois se optassem pela baixa de preços, certamente conseguiriam se manter como semimonopolistas.

31. OS MECANISMOS DE DEFESA E A CRISE DE 1929

A partir da crise consagrada em 1929, a produção de café deveria permanecer em crescimento, já que em 1933 atingiria sua produção máxima, por conta das plantações de 1927-28. Contudo, não existia a possibilidade de obter crédito para a retenção de novos estoques porque o mercado internacional estava em decadência e também faltou crédito do governo brasileiro, que não possuía mais reservas para disponibiliza-lo.

Conforme afirma Furtado, abandonar os cafezais seria uma opção injusta, visto que a perda deveria ser paga e recairia, portanto, sobre os produtores. Sendo assim, a classe dirigente cafeeira decide pela baixa no preço do produto, a fim de assumir coletivamente essa perda.

Decidiu-se então pela destruição dos excedentes da produção, como uma estratégia lógica, já que as necessidades do mercado se mantinham em níveis mais baixos do que a produção. Junto a isso, durante toda a década de 30, há uma constante baixa dos preços do café, enquanto os produtos primários, como o açúcar e o cobre, tendem a aumentar. Salienta-se aqui, que apesar da depressão e queda dos preços, o consumo do café não apresenta importantes modificações.

Furtado afirma que, apesar de a baixa nos preços causar desemprego nos EUA, essa situação não se repetia no Brasil, principalmente porque o prejuízo que se tinha na destruição dos excedentes da produção não superava a renda que se criava com essa estratégia.

Entende-se que as estratégias brasileiras foram eficientes, de tal forma que consideravelmente ultrapassaram as estratégias de países industrializados. Conforme afirma o autor, em 1933 a renda nacional brasileira já se reerguia, enquanto que nos EUA os sinais de melhoras só começaram a aparecer em 1934. Além disso, o Brasil não foi atingido por inversões líquidas negativas, ao contrário dos demais países.

Apesar do sucesso neste sentido, a acumulação dos estoques brasileiros de antes da crise não trazia nenhuma inversão líquida, visto que ao

mesmo tempo em que o estoque acumulado existia, a contração de dívidas no exterior revertia às vantagens brasileiras.

Já a retenção de estoques financiada de dentro do país criava um poder de compra com o objetivo de “*contrabalançar a redução dos gastos dos inversionistas*” (FURTADO, 2009, P.191) e, além disso, reduzia a possibilidade de depressão na procura dos produtos, que dependia da renda das exportações.

Para Furtado, nessas situações “*é muito mais importante criar procura efetiva, a fim de introduzir a utilização da capacidade produtiva ociosa, do que aumentar essa capacidade produtiva.*” (FURTADO, 2009, P. 191).

32. DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO

Segundo Furtado, os recursos externos que financiavam os estoques do café mantinha em ordem a balança de pagamentos. Portanto o aumento das importações promovido pela inversão em estoques de café normalmente não excederia o valor desses estoques, que possuíam uma garantia cambial de cem por cento. Sendo assim com a crise de 29 o domínio do café perdeu cinquenta por cento de sua potência. Estes investidores que deixaram de investir no café acabaram redirecionando seus investimentos para outros meios de produção, em sua maioria no algodão.

Furtado faz um apanhado das consequências da crise da seguinte forma, ele inicia explicando que não foi no ano seguinte à crise que os valores de importação começaram a reagir, sendo que em 1937 ainda não tinha recuperado os valores que movimentava em 1929. A produção agrícola também reagiu e teve um crescimento sútil. O escritor deixa claro que a reação não veio exclusivamente por estímulo externo, pois se assim fosse o país não teria se recuperado tão rapidamente da crise.

O reestabelecimento da economia aconteceu de forma rápida e estável, a produção industrial teve uma evolução próxima a cinquenta por cento entre os períodos de 1929 e 1937 e a produção primária cresceu cerca de quarenta por cento.

“Na economia tipicamente exportadora de matérias-primas a concorrência entre produtores internos e importadores era quase inexistente. As flutuações na taxa cambial comprimiam a procura de um ou de outro setor, mas não determinavam modificações estruturais na oferta. Ao começarem a concorrer os dois setores, as modificações na taxa cambial passaram a ter repercussões demasiado sérias para que fossem abandonadas às contingências do momento” (FURTADO, 2007, p. 284).

Sendo assim a economia aposenta um dos mecanismos de defesa mais efetivos da velha estrutura econômica com raízes na era colonial.

33. O DESEQUILÍBRIO EXTERNO E SUA PROPAGAÇÃO

A alta da taxa de câmbio, que diminuiu o poder de compra externa da moeda brasileira, barateou o preço relativo das mercadorias que eram produzidas internamente, promovendo assim o desenvolvimento industrial no Brasil na década de 30. Celso Furtado afirma que a taxa cambial passou a ter um papel fundamental no nível de preços relativos, ficando o sistema econômico brasileiro refém das flutuações cambiais da época. Possíveis perdas ocasionadas pela baixa nos preços relativos de mercadorias importadas gerava desconfiança aos investidores ligados ao mercado interno, reduzindo assim as inversões na produção manufatureira local.

Visando evitar os problemas ocasionados pela flutuação cambial como, por exemplo, a valorização da moeda brasileira gerando um prejuízo ao setor cafeeiro, ou ainda, o barateamento das mercadorias importadas gerando uma concorrência externa com o setor manufatureiro local, o governo brasileiro optou por fixar a taxa cambial. Os grandes acúmulos monetários provocados pelos saldos positivos na balança de pagamentos, ocasionados pela guerra, estavam pressionando a taxa de câmbio, pois houve uma queda brusca na oferta internacional de produtos nesse período. Como a economia brasileira estava operando à plena utilização de sua capacidade produtiva e o desequilíbrio entre o nível de renda monetária e a oferta de bens e serviços se mantinha, a elevação do nível de preços tornou-se inevitável e refletiu nos custos do setor exportador.

O nível geral de preços entre 1929 e 1939 subiu apenas 31 por cento, sendo que entre 1940 e 1944 subiu 86 por cento, esses dados demonstram claramente como a inflação já afetava a economia brasileira nessa época. A renda criada no setor exportador não tinha contrapartida com a redução das importações, além disso, a economia continuava produzindo café numa quantidade muito superior a demanda interna e externa, gerando um estoque de aproximadamente 1 bilhão de cruzeiros em 1942 e o déficit do governo chegou a 1,5 bilhão de cruzeiros, essa situação gerou uma base de operação

para o sistema bancário expandir os meios de pagamentos, que aumentaram 60 por cento entre 1942 e 1943.

O governo brasileiro tentou proteger o setor exportador com a fixação da taxa cambial, porém esse mecanismo de proteção gerou efeitos inversos, pois com a elevação no nível interno de preços o custo de produção do setor exportador aumentou, eliminando assim, a rentabilidade adicional que possuía com a fixação da taxa de câmbio. Porém, nesse período, os preços de exportação sempre estiveram na frente do nível de preços interno, gerando ainda um ganho para a atividade exportadora brasileira. Enquanto os preços internos e de exportação sobem com muita rapidez de 1939 até 1949, os preços de importação crescem de forma modesta. Essa situação acabou gerando um barateamento nos produtos importados, indo totalmente contra a política econômica de substituição de importações, que havia gerado o desenvolvimento industrial da economia brasileira nos anos 30, causando novos desequilíbrios na economia.

34. REAJUSTAMENTO DO COEFICIENTE DE IMPORTAÇÕES

Com o intuito de controlar a deficiência do sistema econômico de exportação, duas providências poderiam ser tomadas, a primeira seria desvalorizar a de forma considerável a moeda ou iniciar medidas para controlar as importações, esta foi considerada a mais adequada, e teve grandes influências em curto prazo.

Furtado descreve as consequências desta escolha, a quantidade de produtos importados deveria ser contida, sendo fundamental preservar o controle desses produtos, o setor que mais se beneficiou dessa ação foi o industrial, que durante o período de 1945 e 1951 cresceu cerca de 54 por cento.

Esse período não deve ser compreendido como uma redistribuição de renda em prol de um setor, isso seria considerado mais complexo. *“O índice de preços de exportação e o de preços pagos ao produtor agrícola de setor exportador cresceram mais que o índice geral de preços da economia, durante todo o período que se inicia em 1939” (FURTADO, 2007, p. 307).* Entre 1939 e 1945 os preços referente aos produtor agrícolas melhoraram cerca de 30 por cento.

“O benefício que usufruíram os empresários industriais através das importações a baixos preços dos equipamentos e das matérias-primas representa o fruto, não de uma redistribuição de renda no sentido estático, e sim de um apropriação por aqueles empresários de parte substancial do aumento da renda real da coletividade, que resultou da melhora na relação de preços do intercâmbio externo” (FURTADO, 2007, p. 308)

Furtado afirma que caso a medida escolhida tivesse sido a desvalorização da moeda as importações de manufaturas de consumo teriam se reduzido com mais intensidade. Sendo assim a política adotada proporcionou um reajuste da renda.

35. OS DOIS LADOS DO PROCESSO INFLACIONÁRIO

O rigoroso controle que se exigiu às importações e a política cambial adotada pelo governo promoveram a aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira. O acréscimo na capitalização e a melhora nas expectativas dos empresários industriais em relação à rentabilidade de suas inversões, devido à taxa cambial fixa e a perspectiva de aumento relativo no nível de preços internos sobre o nível de preços externos, barateando o custo dos equipamentos de produção – que eram importados – assim, quando se elevaram os preços internos acima das expectativas o custo relativo dos equipamentos baixou ainda mais. A elevação sucessiva do nível dos preços internos foi o mecanismo que promoveu a apropriação, pelos industriais, de uma parte gradativa do aumento de produtividade econômica de que se estava favorecendo a economia com o avanço na relação de preços do intercâmbio com o mercado internacional.

Com o controle seletivo das importações e uma elevação na renda monetária devido ao aumento dos preços de exportação, o nível de preços tende a subir, pois a oferta de bens de consumo cresce numa velocidade muito menor que a renda disponível para consumo. A inflação, portanto, é o meio pelo qual a economia tenta assimilar um excesso de procura monetária, essa assimilação acontece através da elevação do nível de preços, promovendo a redistribuição da renda real na economia. Sobre a expansão da renda explica que é simplesmente uma forma de redistribuir a renda real com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio.

“Pode-se conceber uma situação na qual todos os grupos sociais desenvolvam mecanismos de defesa, destinados a dificultar ou mesmo a impossibilitar a redistribuição de renda real, exigida pela introdução de um desequilíbrio no sistema. Uma tal situação, se levada ao extremo, poderá dar lugar a uma espécie de inflação neutra, isto é, uma inflação sem efeitos reais. Os preços se elevariam permanentemente sem nenhuma repercussão na forma como se distribui a renda real” (2007, p. 315).

A inflação é essencialmente uma guerra de interesses entre grupos pela redistribuição da renda real e a elevação do nível de preços.

Por isso, os aumentos nos preços de exportação refletem imediatamente na renda monetária dos grupos favorecidos, pois o bem exportado gera uma massa de renda que por sua vez aumenta o poder de compra no exterior do conjunto do grupo. Como, nessa época, existia um sistema de controle de importações, a massa de renda gerada pelas exportações não poderia ser utilizada para ampliar, no curto prazo, a oferta de produtos de consumo, gerando uma procura monetária excedente.

“O incremento da renda disponível para consumo pressiona sobre a oferta, relativamente inelástica, de manufaturas, e cria um clima de antecipações extremamente favorável no setor industrial. Este recorre ao sistema bancário em busca de recursos para expandir suas atividades. O sistema bancário, cuja liquidez se havia elevado com a expansão da renda no setor exportador, cria os meios de pagamentos necessários para que a indústria e o comércio expandam suas atividades. A expansão da renda monetária no setor ligado ao mercado interno pressiona igualmente sobre o nível geral de preços. Como os preços de exportação independem do nível de procura monetária dentro do país, o processo inflacionário tende a anular o ganho na distribuição da renda proporcionado ao setor exportador pela melhora nos termos de intercâmbio”. (FURTADO, 2007, p.318)

Ainda sobre o aumento nos preços de exportação, os fatores de produção tendem a migrar do setor interno para o setor externo, sendo assim, o deslocamento desses fatores provocam uma redução na oferta de produtos agrícolas dentro do país, gerando, mais uma vez, aumento no nível de preços desses produtos e por consequência, no restante da economia por se tratarem de produtos básicos.

36. PERSPECTIVA DOS PRÓXIMOS DECÊNIOS

A primeira metade do século XX foi marcada pela importância dada ao mercado interno, este deve ser o principal centro dinâmico da economia brasileira. Furtado explica que com a acumulação de capital gerada pelas exportações e a absorção de progressos técnicos a função do comércio internacional na economia do país vai se modificando. Numa primeira etapa a demanda externa é a principal fonte de determinação da procura por produtos, uma redução nessa demanda externa afeta diretamente a economia exportadora, isso pode ser observado na economia do Brasil até a Primeira Guerra Mundial. A segunda etapa é caracterizada pela redução progressiva do papel do comércio exterior como principal fonte do nível de renda, porém as exportações tem importância fundamental no processo de formação de capital.

Uma economia agrícola extensiva depende de agregar um número maior de trabalhadores ou recursos naturais para aumentar a sua capacidade produtiva, contudo quando o sistema sofre uma mudança em sua estrutura, o investimento no setor industrial e serviços interligados gera uma demanda por equipamentos mecânicos, promovendo um intercâmbio com o exterior para absorver processos tecnológicos mais elaborados. Nesta etapa a importação de máquinas e equipamentos é fundamental para ampliação da capacidade produtiva, gerando uma dependência tecnológica em relação ao mercado externo.

Depois da Primeira Guerra Mundial (1920-1957) o Brasil teve uma taxa média anual de crescimento de 3,9 por cento, esse crescimento foi baseado nas inversões ligadas ao mercado interno, reduzindo consideravelmente a importância relativa da demanda externa sobre o nível de renda do país. Um bom exemplo desta redução é que enquanto o produto real brasileiro aumentou em torno de trezentos por cento nesse período as exportações cresceram apenas oitenta por cento. As inversões realizadas buscavam criar uma atividade produtora de bens que antigamente eram importados e passaram a ser produzidos no Brasil, atendendo sua demanda interna. Para promover a transformação estrutural do processo produtivo no Brasil será necessário reduzir progressivamente a importância do setor externo na atividade de

capitalização, ou seja, a indústria brasileira de bens de capital tem de se desenvolver nas próximas décadas para que não haja prejuízo no nível de emprego e no ritmo de crescimento do país.

O desenvolvimento econômico observado na primeira metade do século XX ocorreu devido à integração entre as diferentes regiões brasileiras. Devido ao grande crescimento da região cafeeira, que se tornou um núcleo econômico atraindo a atenção das outras regiões interessadas na renda gerada pelo desenvolvimento desta atividade. A região sul foi a primeira a ser beneficiada pela produção do café, pois passou a produzir trigo que antes era importado dos nossos vizinhos argentinos e uruguaios. Já a região amazônica se beneficiou com a exportação de toda a sua produção de borracha para a região cafeeiro-industrial, permitindo assim a abertura de novas linhas de produção na região norte. Com a articulação entre as distintas regiões brasileiras e o desenvolvimento notório da produção cafeeira, as discrepâncias no nível de renda das regiões se acentuavam cada vez mais, gerando uma grande concentração de renda na região sudeste grande produtora de café.

A fase de industrialização da economia brasileira ocorreu praticamente ao mesmo tempo em todas as regiões, porém houve uma tendência natural de concentração do processo de industrialização na região sudeste. Essa concentração ocorreu principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, como exemplo temos que no censo de 1920 o Estado de São Paulo já possuía 29,1 por cento dos operários industriais enquanto a região nordeste inteira possuía 27 por cento, já no censo de 1950 São Paulo possuía 38,6 por cento enquanto o nordeste possuía 17 por cento dos operários da indústria, estes dados reforçam a ideia de concentração da industrialização na região sudeste, principalmente no Estado de São Paulo. A consequência desta concentração é a disparidade de renda entre as duas regiões que podem ser observadas com os seguintes dados: em 1955 a renda per capita em São Paulo era 4,7 vezes maior do que a renda per capita da região nordestina. Essa disparidade no nível de renda entre diferentes regiões do Brasil pode gerar tensões regionais, com a ideia de que o crescimento intenso de uma região provoca a estagnação econômica em outra.

O fenômeno de concentração regional está relacionado à pobreza relativa de recursos naturais de uma determinada região, pois quando duas regiões estão dentro de uma mesma economia, aquela região mais pobre em termos de recursos naturais tende a gerar uma produtividade menor por unidade de capital investido, com isso, os próprios capitais gerados na economia mais pobre tendem a migrar para a região com maior produtividade, visando sua maior rentabilidade sobre inversão de capital. Como as duas regiões estão dentro da mesma economia não é possível corrigir esse problema com tarifas e subsídios cambiais, tornando a industrialização da região mais pobre economicamente inviável. Uma das preocupações para as próximas décadas será a solução desse problema, que exigirá um aproveitamento mais racional dos recursos e fatores no conjunto da economia do Brasil, promovendo assim o crescimento econômico e uma melhora na distribuição da mão de obra disponível e consequentemente na renda da população, porém devido ao tamanho (geográfico e demográfico) do nosso país não será uma tarefa fácil, apesar de possuir uma grande quantidade de recursos potenciais.

REFERENCIA

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34^o Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007